

Invasões Francesas: o esgrimir das penas e os papéis incendiários

Por Rita Correia *

Napoleão: «conheceo que a opinião publica he mais forte que as bayonetas, e que estas se voltão em favor daquella, na razão directa do seu progresso, e esclarecimento». (*Telegrafo Portuguez*, Nº 28, Vol. I, 1813, p. 261)

Ao tempo das invasões francesas — ou mais rigorosamente após o fim da 1ª invasão (Novembro de 1807 a Agosto de 1808), e durante a 2ª invasão (Março a Maio de 1809, esta centrada no Porto) —, assistiu-se a um autêntico *boom* da literatura de natureza noticiosa e panfletária. O palco do conflito é amplo, envolvendo diversos povos que enfrentam um inimigo comum, pelo que as diversas publicações respondem às necessidades de informação e de mobilização.

Cenário claramente esboçado no primeiro número de ***O Mensageiro***, lançado em Lisboa, a 1 de Setembro de 1809: «São muitos os periódicos que debaixo de vários títulos circulam nesta capital; mas a curiosidade de os ler não tem por isso diminuído; antes pelo contrário se tem cada vez mais aumentado o desejo de saber novidades; assim é natural que aconteça, quando os bens, a honra, a vida dos Cidadãos, o Príncipe e a Pátria estão comprometidos na luta actual contra a Tirania. (...) Darei por extracto, ou por cópia, todas as notícias das melhores folhas estrangeiras de que sou assinante; e um critério prudente extremará as falsas das verdadeiras, as prováveis das oficiais. Espero finalmente que esta nova folha (que sairá todos os dias e pelo módico preço de vinte reis) terá aceitação do público e preencherá o seu fim».

Era pois grande a ansiedade, alimentada pelo ritmo acelerado a que a realidade evoluía e por causa do apelo e da vontade de participar na mudança. A medida de tempo reduz-se: o quotidiano impõe-se. Os primeiros diários aparecem precisamente nesta altura: o ***Diário Lisbonense***, fundado por Estêvão Brocard, que saiu à luz em Lisboa, a 1 de Maio de 1809, mantendo-se até 31 de Maio de 1813; e, pouco tempo depois, em Setembro, em simultâneo com o referido *O Mensageiro*, são lançados o ***Novo Diário de Lisboa*** e o ***Journal de Lisboa***.

A “velha” ***Gazeta de Lisboa***, que, a partir de 14 de Junho passa a editar-se diariamente (anteriormente era trissemanal), faz eco deste caudal informativo que inunda o país: 24 periódicos são lançados em 1809! Através da breve apresentação que faz de cada um, é fácil apercebermo-nos da sua natureza, umas vezes mais noticiosa e séria, outras de pendor satírico, fazendo uso do humor como forma de elevar os índices de confiança da população, esvaziar a carga majestática dos

* Hemeroteca Municipal de Lisboa – Serviço de Digitalização e Imagem - Investigação.

representantes do «GRANDE NAPOLEÃO» e combater as suas doutrinas malignas. De entre estes, destacaram-se: a **Gazeta de Almada**, que somou 12 números manuscritos (25 de Agosto a 6 de Dezembro de 1808); a **Gazeta do Rossio**, que continha em cabeçalho a vinheta de uma águia de pernas para o ar e se dizia publicada «Com o privilégio do Desgoverno» (1808-1809); e **O Lagarde Português ou gazeta para depois de Jantar**, que justificava o título, inspirado no nome do Intendente da Policia francês, como uma estratégia de marketing equivalente à usada pelos donos das casas de pasto e café que faziam uso de nomes famosos «para atrair fregueses» (21 de Novembro a 31 de Dezembro de 1808); este teve continuidade através do **Telegrapho Portuguez**, de Luís de Sequeira Oliva (Dezembro de 1808 a Junho de 1809 e Janeiro de 1812 a Dezembro de 1814).

Importa registar que a arte de ridicularizar e maldizer (literária e graficamente) é cultivada, sobretudo, pelos mais conservadores – entre os quais se popularizam autores como padre José Agostinho da Fonseca, José António da Silva Freire ou Daniel Rodrigues da Costa –, que procuram não só mobilizar as camadas mais baixas, iletradas ou mesmo analfabetas contra o invasor, como incutir-lhe o terror e o ódio em relação aos «franchipanas», ou seja todos os que ansiavam e defendiam a reforma política e social do Portugal Velho.

A actividade editorial desenvolve-se intensamente na Impressão Régia de Lisboa – entre 1808 e 1811, saíram dos seus prelos cerca de 700 panfletos, o que corresponde a perto de metade da produção nacional – mas também na do Porto e na da Universidade de Coimbra. Os periódicos e demais produtos vendem-se em diversas lojas (Lisboa, Porto, Coimbra e outras cidades), quer por assinatura, quer avulso. Mas, através do serviço postal, são enviados para a província, como a própria *Gazeta* anuncia: «Na Casa da Gazeta continua a venda dos periódicos: **Diário Lisbonense – Abelha do Meio dia – Correio da Península**, ou **Novo Telegrafo** – e **Gazeta d'Almada** – para todas as referidas Obras se fazem assignaturas, e se remetterão pelo Correio para fora».

Como esclarece o redactor de *O Mensageiro*, a imprensa estrangeira constitui a principal fonte de informação sobre o evoluir dos acontecimentos no teatro de guerra. Quer por Correio, quer pela mão de particulares, de barco ou por terra, chegam, com a regularidade possível, periódicos que por vezes são simplesmente traduzidos – caso do **Correio de Londres**, e do **Tradução Fiel do Diário do Governo da Corunha**, ambos de 1809. Mas também há portugueses que a partir dos países de exílio fundam periódicos e os expedem para Portugal. É o caso de Hipólito José da Costa e do seu célebre **Correio Brasiliense ou Armazém Literário** lançado em Londres, em Junho de 1808, logo depois da chegada da Corte ao Brasil. Este mensário, com uma média de 100 páginas, distribuía-se no Brasil e em Portugal e publicou-se até Dezembro de 1822.

Há muitos outros títulos, mas mais tardios, lançados após o fim das invasões, como é o caso do **Investigador Português em Inglaterra**, lançado em Junho de 1811,

por iniciativa de três médicos, conotados com a maçonaria: Bernardo José de Abrantes e Castro, Vicente Pedro Nolasco da Cunha e Miguem Caetano de Castro. Esta publicação, inicialmente patrocinada pelo Governo no Brasil, teve o propósito de contrariar a crescente influência do *Correio Brasiliense*. De França, chega o ***Observador Lusitano em Paris***, fundado por Francisco Solano Constâncio, em 1815. Esta imprensa, conotada com a primeira emigração, revelar-se-á fundamental para a preparação da revolução liberal de 1820.

A par dos periódicos, há uma ampla produção de panfletos, folhas volantes, pasquins, libelos e outros formatos, com os mais variados conteúdos. A já referida *Gazeta de Lisboa* anuncia diariamente as “novidades”. As missas do padre *José Agostinho de Macedo* têm o mesmo sucesso que os seus periódicos satíricos: «Sermaõ pregado na Igreja de *N. Senhora dos Martyres* a 23 de Novembro de 1808 por occasião da festividade na feliz Restauração deste Reino, por *José Agostinho de Macedo*. Vende-se por 200 réis na loja do Livreiro á *Praça da Figueira*, e na Casa da Gazeta». O tema presta-se a outras abordagens: «se acha também de venda a nova Estampa Allegorica da Restauração de Portugal em 1808, illuminada, e por illuminar, e juntamente a sua explicação impressa: custa por illuminar 300 réis, e illuminada 400 réis, com a competente explicação».

A julgar pela quantidade e qualidade, Napoleão e os seus sequazes terão feito a fortuna de muitos livreiros: «Duas caricaturas, que representaõ huma Mr. *Lagarde* sobre a morte dos Cães; e outra o Exercito *Francez* que vinha pela posta de *Hespanha*. Vendem-se iluminadas a 240 réis, e em preto a 160 réis»; «*Gemidos de Sully* contra o profundo somno dos *Francezes*»; «*Perfídia* ou *Política Infernal* entre *Lúcifer* e *Bonaparte*»; «A Besta de 7 cabeças e 10 cornos, ou *Napoleaõ* Imperador dos *Francezes*», etc., etc.

Mas também se publicitam obras de maior vulto, como «*Os Pedreiros-Livres*, e os illuminados, que mais propriamente se deveriaõ denominar *Os Tenebrosos*, de cujas seitas se tem formado a pestilencial Irmandade, a que hoje se chama *Jacobinismo*», «*Cartas Americanas*, que debaixo da fórma d’huma Novella amorosa discute as opiniões Filosóficas da utilidade das Sciencias, da tolerância, luxo, escravidão, &c. faz diferentes reflexões sobre a Corte de *Lisboa*, e analisa os acontecimentos que nella tiveraõ lugar desde a entrada dos *Francezes* até á sua sahida»; *Plutarco Revolucionário*, que descreve a vida e carácter das personagens, que compõem toda a família, que mais se tem distinguido de *Bonaparte*, e de outros nos «*annos da Republica Franceza*; escrito em *Inglez*, e deste traduzido em *Portuguez*».

Esta profusão explica-se pela relativa liberdade permitida – e até estimulada – pelos poderes políticos enquanto durou a guerra contra o invasor. Uma liberdade inusitada e de circunstância, porque os poderes, quer em Portugal, quer no Brasil, estavam conscientes do risco que envolvia tal concessão: “páginas meias” com o noticiário sobre o evoluir da guerra e a propaganda patriótica, insinuavam-se, amiúde,

análises políticas mais profundas que advogavam doutrinas liberais reformistas e minavam os alicerces do Portugal Velho. Acresce que, na corrente dos papéis em circulação, seguia também diversa literatura panfletária lançada pelos próprios franceses com o propósito de convencer as populações da generosidade da sua missão norteada pelos princípios da «Liberdade, Igualdade, Fraternidade».

Durante a ocupação do Porto por Soult (2ª invasão) regista-se uma prolifera produção e venda desta literatura que, pela mão de particulares, chegava a Lisboa e outras partes do Reino. Situação denunciada nos relatórios da Intendência-Geral da Policia, à qual os Governadores do Reino dão a maior importância, conscientes de que a revolução francesa «tem devido os seus pasmosos sucessos, menos ao emprego legítimo da sua força armada, do que ás intrigas de todo o género, as perfídias, ás atrocidades, e aos princípios desorganizadores, que tem introduzido».

A agressividade das medidas adoptadas através de três decretos, publicados a 20 de Março de 1808, reflecte, certamente, os níveis de difusão e acolhimento que essa literatura alcançava e o medo que suscitava às autoridades: para todos os «que se acharem unidos ou se unirem aos Exercitos Franceses, ou por qualquer modo entretiverem correspondências, e intelligencias com os inimigos do Estado» reservava «a pena de morte natural, e cruel, confisco de seus bens, e privação de todas as honras, foros, e privilégios, ficando infames eles, seus filhos, e netos»; «todo o Cidadão he authorisado a denunciar vocalmente, ou por escrito, debaixo da sua própria assignatura, ou sem ela, (...) as suspeitas ou factos verbaes, ou reaes, que lhe constarem de qualquer outra pessoa inconfidente, (...) sem que por esta denuncia, que se conservará em absoluto segredo, fiquem as pessoas, que a fizerem, responsáveis a pena alguma», entre outras disposições incriminatórias e estratégias de combate ao “crime”.

Os efeitos não tardaram: as denúncias resultaram em folhetos contendo listas de presumíveis traidores, que despoletaram vagas de perseguições, prisões e deportações (de cidadãos nacionais e estrangeiros). Política que teve como epílogo o famoso episódio da *Setembrizada* (1810).

Mas a actividade editorial nacional também já estava na mira das autoridades. A 1 de Setembro de 1809, o governo fez publicar um aviso para «que a Junta de Impressão Régia não concedesse licença para se imprimir alguma gazeta ou periódico novo». Mas a instrução não é imediatamente acatada pela junta, o que suscitou alguma tensão entre as partes e a troca de avolumada correspondência, envolvendo também a Mesa do Desembargo do Paço. O conflito acabou por redundar na extinção das Juntas de Direcção e Administração da Impressão Régia (Decreto de 21 de Maio de 1810), mas por essa altura já o aperto da censura e a proibição de alguns jornais condicionava consideravelmente a actividade da editorial. Em contraste com o surto registado até aqui, 1810 apenas viu nascer três novos títulos no país. O debate mantém-se, aprofunda-se e continua a explicar-se nas páginas de periódicos, mas agora são os prelos londrinos que o viabilizam.

Paradoxalmente, será este jornalismo de exílio que, explorando os temas da dependência política e económica da Nação, associado à manutenção da Corte do Brasil, alimentará a corrente de opinião nacionalista, liberal e anti-britânica de suporte à revolução de 1820.

BIBLIOGRAFIA: ARAÚJO, Ana Cristina, “Portugal sob o Fogo Cruzado da Revolução. Das Invasões Francesas ao Vintismo”, in *História*, Lisboa, Novembro de 1999, pp. 50-58; SARDICA, José Miguel, “Guerra Peninsular. O Curso político-militar”, in *História*, Lisboa, Novembro de 1999, pp. 40-49; SILVA, Innocencio Francisco, *Diccionario Bibliographico Portuguez*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1858; TENGARRINHA, José, *História da Imprensa Periódica Portuguesa*, 2.^a Edição, Lisboa, Caminho, 1989.

(23/10/2007)